

**Histórias, tradições e associativismo:
Portugueses em São Paulo¹**

Maria Izilda S. de Matos
(PUC/SP- CNPq)
mismatos@pucsp.br

Esta investigação pretende contribuir para o estudo da presença dos portugueses na cidade de São Paulo, observando o processo de e/imigração luso e sua prática associativa, através das seguintes associações a Casa de Portugal, Casa dos Açores e Casa da Ilha da Madeira. Ao privilegiar essas experiências históricas, busca-se dar visibilidade a esse grupo e recuperar o processo de constituição de territórios associativos.

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes entrados no Brasil, tendo sua presença se estendido por praticamente todo o território nacional, esse processo foi contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; alguns vieram subsidiados, a maioria por conta própria. Sobre as entradas dos portugueses pode-se observar alguns momentos: inicialmente entre 1888-1898 (fase de final da escravidão e transição para trabalho livre); uma segunda leva de 1904-15 (confluência de fatores com retração da entrada de outros grupos, somadas à crise política, econômica e outras dificuldades em Portugal); um terceiro período localizado entre o final da Primeira Grande Guerra que se estende até os anos 1930 e uma retomada no pós Segunda Grande Guerra até o início dos anos 1960.

Entre 1887 e 1900, os portugueses representaram 10% do total de entradas no estado de São Paulo, proporção que, entre 1900 e 1920 subiu para mais de 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcaram a vinda do maior contingente luso (111.491), em função da crise econômica e social e das dificuldades políticas com o fim do regime monárquico português, também pela preferência dos imigrantistas paulistas por esse grupo.

Deslocamentos: políticas e ações

Desde meados do século XIX, aparecem referências à presença de imigrantes portugueses no estado de São Paulo, inicialmente como colonos, constituindo-se na maioria dos ocupados na colônia Nova Lousã (próximo a Mogi Guaçu) e também na colônia Ibicaba (próxima de Limeira). Com a expansão da cultura do café, o recrutamento de trabalhadores se manteve contínuo e constante, contando com a presença dos portugueses, contudo, os deslocamentos dos portugueses foram mais direcionados para os centros urbanos.

Para o recrutamento de imigrantes portugueses foi organizado todo um sistema regular de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos, cartas), chamadas, agenciamento e transporte (meios de comunicação e organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa), com a participação de companhias e engajadores que ou recebiam subsídios do governo brasileiro ou trabalhavam para ele. Constituiu-se **redes** que tinham, como elos, moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários. Estas redes funcionaram entre Portugal continental/Ilhas

¹ Essa investigação está sendo desenvolvida pela equipe composta por Leandro R. Gonzalez Fernandez (IFSP-PUC/SP), Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ-PUC/SP) e Nelly de Freitas (PUC/SP-FAPESP), contando com apoio do CNPq, Fapesp e PIPEQ/PUC/SP.

tendo como destino o porto de Santos.

Numa análise sobre o perfil dos emigrados observam-se tendências. Numa primeira, notam-se os que vinham por conta própria, destacando-se os jovens solteiros. Alguns alfabetizados e com certo capital, vinham em busca de constituir uma trajetória profissional, geralmente possuíam contatos estabelecidos; outros jovens, os caixeiros, ocupavam-se em atividades do comércio. Um segundo grupo de homens adultos, muitas vezes casados, artesãos de profissão (pedreiros, ferreiros, alfaiates e sapateiros, entre outros), fixava-se nas cidades (preferencialmente, São Paulo e Santos). Outro conjunto era dos que vinham subsidiados, majoritariamente iam para as lavouras do café, embarcavam em família. Por fim, uma série de imigrantes que trabalhavam como serviçais e criados, aguadeiros, carreteiros em serviços pela cidade e nos domicílios.

A emigração masculina continuamente ultrapassou a familiar. As saídas de família causavam preocupações, pois, além de provocar a desaceleração do crescimento demográfico, afetava as remessas de recursos para Portugal. A prática dos homens chegarem primeiro visava criar condições posteriores para chamar os familiares ou retornar e pode ser identificada como uma prática preventiva, para a hipótese de fracasso e/ou uma estratégia para enfrentar o desconhecido. Todavia, a saída majoritária destes homens afetou a estrutura familiar, ampliando a responsabilidade feminina na família. As mulheres passaram a arcar com os cuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e negócios, além das atividades domésticas.

Se a emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, o contingente feminino cresceu gradativamente, verificando-se um aumento no número de mulheres casadas, devido a emigração familiar. Na primeira década do século XX a porcentagem de mulheres já alcançava mais de 25% do total de entradas e, no início da segunda, oscilou entre 35% e 40%. Assim, a imigração lusa até então caracterizada como individual, masculina e temporária, tornou-se, tendencialmente, familiar e permanente.

Durante a década de 1930, tendo como preocupação favorecer o trabalhador nacional, o governo Vargas determinou medidas restricionistas às entradas de estrangeiros, com a garantia a cota de 2/3 de trabalhadores brasileiros. Contudo, o caso dos portugueses apresentou particularidades, sendo que analisadas no conjunto, as ações, favoreceram este grupo, considerados como “melhor adaptável” ao país.

Após o término da Segunda Guerra, as saídas dos lusos encontravam-se vinculadas a busca de novas oportunidades, fuga das dificuldades da vida no campo, das tensões/perseguições políticas ou do serviço militar obrigatório, majoritariamente exercido em África. Observa-se que depois do Rio de Janeiro, São Paulo era a cidade de maior concentração dos portugueses, que se constituíram num grupo social e economicamente diversificado, desde abastados industriais e comerciantes, incluindo humildes trabalhadores, envolvidos em funções variadas na indústria, comércio (padarias, mercearias, bares, restaurantes, feiras livres), serviços, ofícios e atividades domésticas.

Nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu nova retomada do fluxo imigração, particularmente, depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) que, também, possibilitou a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. São Paulo passou a ser o principal polo de atração, devido às novas perspectivas de desenvolvimento econômico e industrial. Os portugueses estavam distribuídos por toda a cidade, especialmente na Zona Norte, nos bairros do Tucuruvi, Vila Guilherme e Vila Maria, na área oeste, no Jaguaré e Vila Madalena, também, nos bairros do Pari, Belenzinho, Alto da Mooca, Tatuapé e

Jabaquara.

Deslocamentos: prática associativa

Desde o início do processo de e/imigração portuguesa, que a comunidade se organizou em várias associações, casas e centros, com funções/objetivos variados que incluíam associações de beneficência (Beneficência Portuguesa de São Paulo/1859, Sociedade Portuguesa Beneficência de Santos/1859, Sociedade Beneficência de Campinas/1873, entre outras) e também casas regionais (Casa da Ilha, Casa dos Açores, Centro Transmontano, Casa do Minho), somadas as associações culturais e desportivas. Esta prática associativa se difundiu como uma forma de apoio, manutenção de laços, tradições e estabelecimento de **redes**.

As entidades de auxílio ou socorros mútuos surgiram devido a inexistência e/ou carências no sistema de seguridade social, assim, elas buscavam assistir nos cuidados de saúde, garantir o sustento frente a impossibilidade de trabalho, zelar pela família dos que faleciam, cuidar/apoiar no funeral, além de prestar serviços jurídicos. Necessariamente, não arcavam com todas essas funções, algumas ofereciam um tipo de assistência específica, sendo que outras mútuas chegaram a construir hospitais, ainda hoje atuantes na cidade de São Paulo.

Das associações de socorros mútuos de origem portuguesa, encontram-se ativas a Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas (1891), Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama (1898), Associação Beneficente São Pedro do Pari (1917), Centro Transmontano (1932) e Associação Portuguesa de Beneficência (1859), que merece destaque como centro hospitalar.

Com a criação de um sistema público de seguridade social (implementado a partir da Era Vargas), essas associações mútuas perderam parte de suas funções e algumas entraram em declínio. Apesar disso, o desejo associativo se manteve e diversas agremiações foram inauguradas nos inícios do século XX. Entre os motivos deste associativismo observa-se a convergência de objetivos comuns, a busca por manter vínculos com as origens e com suas práticas culturais, o desejo de celebrar datas e atividades religiosas, além da sociabilidade, possibilidades de encontros e lazer.

Outras agremiações de caráter regional foram fundadas após a década de 1960: a Casa Ilha da Madeira (1969), Arouca São Paulo Clube (1979), Casa dos Açores (1980), Associação Casa de Macau (1989), Casa de Brunhosinho (1991), Comunidade Gebelinense de São Paulo (1992), Associação dos Poveiros de São Paulo (1991) Casa Cultural Império do Minho (2006). Com exceção da Casa dos Açores e Casa de Brunhosinho (Zona Leste), da Casa de Macau (Zona Sul) e do Centro Transmontano (Centro), as demais associações estão concentradas em diferentes bairros da Zona Norte, região que agrega o maior contingente de portugueses e luso-descendentes.

Casa de Portugal: território português em São Paulo

A Casa de Portugal de São Paulo pode ser caracterizada como um território português, destaca-se entre suas propostas o favorecer do convívio dos portugueses e seus descendentes, preservar a tradição, história e cultura, além de expressar a identidade portuguesa. (FERNANDEZ, 2017).

A prática associativa se constitui num canal que propicia ao e/imigrante o convívio com seus conterrâneos, nesses locais promovem-se encontros, discussões, troca de informações e notícias da terra natal, bem como, buscam preservar manifestações culturais, religiosas e

tradições. Sobre as origens da Casa de Portugal, merece menção os esforços de Ricardo Severo e Sarmento Pimentel, entre outros compatriotas, segundo eles a coexistência de várias associações portuguesas na cidade, gerava uma cisão interna fragilizando o grupo, assim, foi lançada uma proposta de unificação das agremiações. Desta forma, a Casa deveria incorporar atividades de recreação e ensino, comerciais, beneficentes, diplomáticas e políticas, devendo ser regida por princípios democráticos e de afirmação das tradições portuguesas. Após tentativas, a fundação da Casa de Portugal foi efetivada no dia 13 de julho de 1935.

Da fundação até a edificação da sede foram vários anos concentrando esforços em arrecadar fundos para as obras, sendo a construção da sede foi inaugurada em 27 de dezembro de 1955. As cerimônias de inauguração envolveram várias atividades e contaram com a presença de autoridades políticas, intelectuais e religiosas.

Na trajetória da instituição, entre as dificuldades enfrentadas, cabe lembrar a situação criada pela promulgação da Lei 383 de 18/04/1938, durante o governo Vargas. Essa legislação visava o maior controle das entidades estrangeiras no país, particularmente, as de cunho político; apesar das de perfil assistencial e cultural serem permitidas, também eram fiscalizadas, esta situação gerou receios, tensões e esvaziamentos.

Com a presidência do Comendador Pedro Monteiro Pereira Queiroz (1941-1969) iniciou-se a denominada “era dos comendadores”, observando-se um distanciamento do projeto que inspirou a fundação da associação, com uma aproximação entre o governo de Portugal e Casa. O governo salazarista (1933-1968) aperfeiçoou todo um sistema de propaganda do regime (difusão de notícias e do ideário político), incluindo ações voltadas para os portugueses estabelecidos no estrangeiro. Vasto material impresso era produzido para ser veiculado no estrangeiro, sendo distribuído para as associações.

As obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado, bem como as ações que levou a cabo, incluíam a colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro, tais como embaixadas, consulados e Casas de Portugal; supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país; a realização de conferências e encorajamento do intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, com vista a moldar a opinião internacional, entre outros assuntos, sobre a política colonial; promoção cultural e artística de Portugal bem como do seu turismo. (COTRIM, 2010, pp.16-17)

No caso do Brasil, as ações se concentraram no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, pela maior presença lusitana, e tiveram como canal prioritário as associações. Neste sentido, a Casa de Portugal se inseriu neste processo. As relações entre a Casa e o governo de Salazar tornaram-se explícitas, podendo ser observada pelas referências constantes nas Atas das Reuniões da Diretoria. Cabendo mencionar, entre outras situações, as recepções ao General Craveiro Lopes (1957) e a Marcello Caetano (9 de julho de 1969).

Na Casa se fazia presente celebrações de culto à pátria e ao líder (Oliveira Salazar), sendo as ideias apregoadas pelo regime salazarista vivenciadas através de celebrações cívicas, eventos que se tornam elementos ativos na reinvenção de tradições.

[...] a memória da aldeia mantida pelo emigrante, idealizada sem os incômodos de uma vida rural, acrescida da necessidade permanente de afirmação da sua identidade e dos seus vínculos com Portugal, tornam-se elementos fundamentais para a difusão de uma imagem positiva do salazarismo. Todas as características do discurso ideológico do regime que sublimam o ideal aldeão encontram um paralelo no discurso do emigrante sobre a sua terra natal. [...] Homem simples, oriundo de um meio aldeão, que “venceu”, ou luta para isto, o “patrício”, por outro lado, encontra na figura de

Salazar, um seu igual, alargando os laços de empatia com o Estado Novo. Cidadão sem cidadania, já que politicamente limitado, devido à sua condição de emigrante, o português do Brasil adota, sem maiores dificuldades, a postura de conservador e legalista, assumindo, na sua condição de apolítico, uma argumentação contestatária do debate político democrático, próxima do autoritarismo salazarista. (PAULO, 2000, pp.251-252)

A atuação do governo português junto à comunidade residente no estrangeiro foi constante, o Decreto de nº. 39.475 de 21 de dezembro de 1953, passou a regular o funcionamento das associações portuguesas, estabelecendo

Art. 1.º As Casas de Portugal no estrangeiro constituem delegações do Secretariado Nacional da Informação, cultura Popular e Turismo, do qual diretamente dependem. [...]

Art. 2.º As Casas de Portugal destinam-se a evidenciar e divulgar, em países estrangeiros, os valores nacionais de ordem espiritual e material, cultural e económica, e a fazer a propaganda dos produtos de origem portuguesa e das condições naturais e artísticas de Portugal que constituam motivo de atracção turística. (Decreto-Lei n. 39.475, 1953)

Ou seja, entre as funções das Casas incluía-se ações de propaganda comercial, turística e parceria colaborativa com os órgãos da representação diplomática e consular de Portugal, sendo exemplar o telegrama (1953) emitido pelo Consulado Geral em São Paulo:

Foi tentado sem êxito impedir reeleição actual Presidente Clube português em São Paulo. Golpe Assembleia Geral não teve consequências. Comendador Santos Costa foi reeleito. Presidente da Casa de Portugal e Câmara Portuguesa de Comércio, Com. Pereira Queiroz e Afonso Salgado, foram pacificamente reeleitos. Eleições Centro Transmontano, agremiação com maior número associados, elementos da oposição, dirigidos pelo comunista português Manuel Marujo, tentaram falsificar grosseiramente listas de votação para impedir reeleição actual Presidente Francisco Barreiro. Manobra descoberta a tempo e evitar pretendidas consequências. Ficam assim nos postos chaves Associações Portuguesas pessoas absolutas confiança. (Telegrama do Consulado de São Paulo, 1961)

Finalizada a presidência do comendador Hermenegildo Lopes Antunes, iniciou-se a gestão de Antonio dos Ramos (1985-2007 e 2013-atual), considerado marco de mudanças, estando inserida no processo de redemocratização português e de ingresso do país na Comunidade Económica Europeia (CEE/1986). Durante seus mandatos destacam-se o aumento do número de diretores, reformas no interior da Casa e modificações na programação cultural. Atualmente, a Casa de Portugal designa-se como Instituição Cultural e de Assistência, tendo como objetivos perpetuar e divulgar a cultura portuguesa e luso-brasileira, além de congregar e irmanar a comunidade de países de língua portuguesa de forma ampla e abrangente.

Um território açoriano em São Paulo: Casa dos Açores

Apesar de controversas, as motivações da emigração açoriana vinculam-se as limitações do território (solo vulcânico e catástrofes naturais), dificuldades económicas (crises de alimentação e de produção), sociais e familiares (aumento demográfico), tipo de propriedade e atraso tecnológico, tensões políticas, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidades de trabalho e baixos salários, acrescentando-se à frágil expressão do setor comercial e industrial que emperrava o crescimento. As partidas foram contínuas e frequentes, vinculadas aos

descontentamentos, dificuldades, na busca de outras possibilidades, realização de sonhos e anseios tanto individuais quanto familiares.

Apontam-se entre os aspectos negativos das saídas o despovoamento que afetava as atividades agrícolas e fabris; em contraposição, se destaca a emigração como válvulas de escape para as tensões sociais, assinalando a importância das remessas para o desenvolvimento da economia insular; esses recursos possibilitavam benefícios às propriedades e negócios, além de estimular investimentos e aquecer o comércio.

A emigração foi encarada como uma questão social e política traçando necessidade de se aprimorar o controle sobre as saídas clandestinas, o tráfico ilegal e as ações dos empregadores que contavam com a conivência de agentes e tripulantes.

Quanto aos locais de recepção da emigração açoriana, o Brasil foi um dos principais fluxos. Contudo, diversas situações, formas de atração e políticas específicas dirigiram açorianos para Estados Unidos, Bermudas, Havaí e Canadá, além de outros destinos menos significativos quantitativamente, mas não menos importantes.

No Brasil têm-se notícias da presença de açorianos nos estados do Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, rastreiam-se imemoriáveis referências aos açorianos; nos inícios da Grande Imigração (finais do século XIX), foram localizadas famílias da ilha de São Miguel em fazendas na região de Ribeirão Preto (de propriedade de Martinho Prado Jr.), também em Descalvado, Mogi Mirim, Campinas e Piracicaba.

Nas décadas de 1950 e 1960 os açorianos buscaram em São Paulo novas possibilidades, especialmente por conta da política de atração que se configurava na proposta de crescimento e transformação industrial da cidade. Neste período, um número significativo de ilhéus se estabeleceu na Zona Leste da cidade na Vila Carrão, nas ruas Dentista Barreto, Água Funda e Luzia da Conceição Moraes, que ainda apresentam uma concentração de ilhéus e seus descendentes. (ANGELO, 2015).

Na Vila Carrão, os açorianos encontraram oportunidades de trabalho, em particular, as oferecidas pelo Cotonifício Guilherme Giorgi, no qual ocupavam maior parte dos postos. O sistema funcionava através de redes, os recém-chegados ou os que eram chamados tinham indicações para a inserção na fábrica:

Primeiro veio meu tio, minha tia e duas primas e depois nós viemos ah... o meu pai e minhas 2 irmãs, depois a minha mãe e 4 filhas e depois ainda mais um tio que morou na nossa casa...o meu pai e as minhas 2 irmãs quando chegaram aqui, o meu tio já tinha arrumado um serviço na tecelagem de Guilherme Giorgi, que geralmente onde todos trabalhavam...Meu pai trabalhou sempre em indústria e nessa tecelagem na Cotonifício Guilherme Giorgi, chamava. E trabalhava também fazendo horta, todo pedaço de terra que ele via. Tinha um campo aí do Guilherme Giorgi, que eram tudo casas, sobrados, apartamentos, que tinha ali, que os portugueses se juntavam ali naquele pedaço de terra e cultivavam ali. E isso, e o meu pai trabalhava de noite na fábrica e durante o dia ele pegava as verdurinhas dele, botava num carrinho de mão e ia vender na feira. (Maria de Lurdes Arruda Paz, 2006)

Além do trabalho nas fábricas, os açorianos atuaram em setores técnicos e no comércio (padarias, armazéns, floriculturas, feiras livres, açougues), participando de forma ativa e garantindo a visibilidade na comunidade da Vila Carrão.

Os açorianos que trabalhavam no Cotonifício Guilherme Giorgi, além das atividades desenvolvidas nas fábricas, se encontravam para conversar, contar histórias e rememorar a terra

natal, assim, se reuniam na Igreja e nas festas, manifestando o desejo de ter uma capela para o louvor ao Espírito Santo. Nesse contexto, se institucionalizou a prática associativa, que almejava familiarizar os imigrantes, auxiliá-los na procura de trabalho e na integração no país, também buscando a manutenção da cultura e das tradições. Na década de 1980, na Vila Carrão foi fundada a Casa dos Açores, sendo a iniciativa de um grupo de açorianos e seus descendentes. Na garagem do Sr. José Vitorino de Arruda, na Rua Zodíaco, formou-se a primeira Diretoria, tendo como Presidente o Sr. Manuel de Medeiros.

Em novembro de 1981, a sede foi transferida para a sede própria adquirida na Rua Dentista Barreto, 1.282. O projeto de construir/reformar a nova sede mobilizou várias famílias que participaram do processo através das doações em dinheiro, material e trabalho; sendo a obra finalizada (1986) contando com os dois Salões de festas, Cozinha, Adega, Bar, Salas de reuniões, Secretaria, Biblioteca e a Capela do “Divino Espírito Santo”.

A Casa do Açores constitui-se num território de encontro e sociabilidade entre parentes, conterrâneos e amigos, visando manter elos com as origens, cultivar as tradições açorianas, organizar eventos, festas religiosas e demais atividades culturais. Dessa organização regional surgem diversidades de atividades culturais, sociais e de colaboração, com destaque para a organização do Grupo Folclórico, encontros gastronômicos, festas religiosas, atividades de lazer e recreação durante todo ano.

Nesse sentido, destaca-se que os movimentos de associativismo, como este, tiveram papel relevante para legitimar politicamente a comunidade e suas tradições culturais, apoiadas em referências regionais, incluindo festas, religiosidade, símbolos, imagens, gastronomia, manifestações que explicitam um processo de construção de identidade associado ao território de origem.

Na sua trajetória histórica, a Casa assumiu funções que extrapolam a proposta inicial, ampliando as articulações com as origens através de elos com Governo Regional das Comunidades dos Açores, o que, praticamente, transformou a Associação numa representação oficial, assim sendo, vários representantes da Casa participam de eventos nos Açores com o apoio do Governo Regional, integrando-se com emigrantes de outras partes do mundo.

Esta experiência associativa deixou marcas no patrimônio construído e nas heranças imateriais (festas, manifestações culturais e religiosas) e se tornou uma possibilidade para a recuperação de histórias da açorianidade. Dessas memórias da imigração, pode-se dizer que:

(...) a identidade diaspórica, a formação de redes transnacionais, as comunicações virtuais, a política cultural, as formas de organização comunitárias e as diferenças entre as comunidades inseridas em contextos nacionais específicos, aparecem como campos privilegiados de pesquisa. (LACERDA, 2003. p.52)

Pelo conjunto de suas ações, a Casa dos Açores foi inscrevendo sua marca no bairro, do Carrão, com destaque para a promoção da Festa do Divino Espírito Santo:

... Os terços cantados; a folia com sua indumentária e cantoria típicas; a procissão; a missa da coroação; os “gueixos”; as linguiças e morcelas; as malassadas; a massa sovada, etc., faz parte da festa, num grande processo de catalisação, que inclui também o culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres e à Virgem de Fátima, cujas imagens acompanham, ano a ano, a procissão do Divino, num grande festival de fé e religiosidade, tipicamente açoriano. Encerrando o ciclo destes festejos é realizada uma grande festa de rua à qual acorrem algumas dezenas de milhares de pessoas. A par de agregar toda a comunidade açoriana do bairro de Vila Carrão, as festividades agregam também açorianos dispersos pela cidade de São Paulo e Municípios

vizinhos, constituindo-se, assim, no grande encontro anual da comunidade açoriana na cidade de São Paulo. (SOARES, 2008)

Ao recriar a festa do Espírito Santo, na Vila Carrão, os açorianos aglutinaram novos elementos e adaptaram outros, como forma de reorganizar o grupo e as novas gerações, manter a fé e os rituais, constituindo elos com o passado e reforçando laços de identificação. Pode-se dizer que as recriações, ressignificações e transformações resultam na reinvenção das tradições no território da imigração.

Casa da Ilha: território madeirense em São Paulo

Na Ilha da Madeira os desejos de emigração se difundiram desde o século XVI. Chamados pelos parentes, amigos ou vizinhos já instalados no estrangeiro, os madeirenses não hesitavam em emigrar para lugares distantes como Havaí, Antilhas Britânicas, Estados Unidos, África do Sul, Venezuela, mas, principalmente para o Brasil, aonde fluxos migratórios de madeirenses chegavam em diferentes pontos, como no Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nos anos de 1940 e 1950, na capital paulista, encontra-se madeirenses e seus descendentes em diversos bairros da cidade, sobretudo na Zona Norte, no Imirim ou Tremembé. Eles se estabeleceram nessas áreas através de redes, que foram essenciais para enfrentar as primeiras dificuldades, contando com a ajuda da família ou de conterrâneos que os acolhiam, hospedando ou ajudando na procura de emprego. A Zona Norte foi o lugar escolhido para a construção da sede atual da associação Casa Ilha da Madeira.

Distanciando-se de outras iniciativas associativista que se vincularam a militância política ou o socorro mútuo, a Casa da Madeira foi fundada como uma associação que objetivava o auxílio e divulgação de valores da história e cultura da Madeira, podendo ser considerada um território madeirense na medida em que se tornou palco da invenções de tradições, sempre reivindicou “a valorização da cultura e do folclore madeirense” nas festas e eventos que organizou e organiza na sede ou ainda nas suas apresentações nas diversas festas da cidade.

Uma primeira iniciativa de fundação da Casa da Madeira (1952) foi liderada por Agostinho de Gouveia que articulado a outros imigrantes madeirenses visava reunir compatriotas, a sede foi instalada na Rua Xavier de Toledo (Centro), aonde eram realizados encontros, conversas sobre a situação política na Madeira, condições de vida em São Paulo, planos de viagens para a Madeira, além de organizar jantares e almoços.

Numa fase posterior, o madeirense Jaime de Nóbrega teve a iniciativa de criação um grupo folclórico da Ilha da Madeira (1967), que tinha João da Cruz, como diretor de folclore, “ensaiador” e tesoureiro do grupo. Em junho de 1969, Jaime de Nóbrega e João da Cruz fundaram (refundaram) a Sociedade Amigos da Ilha da Madeira, uma sociedade civil “com caráter cultural, recreativa e beneficente, sem fins lucrativos ou convicção político partidária”, instalada na Rua Mauá 836 (Luz), visava divulgar costumes e tradições da cultura e do folclore da Ilha da Madeira.

Em 1971, a associação se deslocou do Centro para a Zona Norte, num imóvel alugado na Rua Voluntária da Pátria. Após a realização de várias festas e a circulação de um livro de ouro para arrecadar doações, foi possível comprar um terreno e lançar a pedra fundamental da Sede própria na Rua Casa da Ilha da Madeira, nº148, Vila Amália, perto do Horto Florestal. O objetivo da Casa Ilha da Madeira de São Paulo é de

... congregar portugueses oriundos da Ilha da Madeira e demais regiões de Portugal, brasileiros, luso-descendentes, bem como quaisquer outras nacionalidades, sem qualquer distinção de raça, possibilitando convivência social e estimulando laços de união e fraternidade entre os associados; promover a cultura, divulgar os costumes, músicas, tradições, o folclore do Povo Madeirense, bem como proporcionar a seus associados e dependentes atividades de caráter social, educativo, cultural, recreativo e esportivo; e promover o voluntariado, a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e outros valores universais, protegendo a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice. (Estatuto da Casa Ilha da Madeira de São Paulo, 2015)

Jaime de Nóbrega manteve-se na presidência da associação de 1969 a 1973. A gestão seguinte (1974 a 1977) foi de João da Cruz Nóbrega Correia (responsável pelo Grupo folclórico) seguiu-se a de Cesar Fernandes Rosa (1978 a 1989) ocorreu a expansão do espaço com a compra de terrenos vizinhos e a construção de um grande sobrado onde foram instalados o Bar, salões, vestiários dos Grupos Folclóricos e jardins. Na gestão de Francisco Evaristo Teixeira (1990 a 1993) foi construído o salão de festas e, na de José Manuel Dias Bittencourt (1994-1999) a biblioteca. José Rufino Teixeira (2000 a 2001) consolidou e modernizou o espaço da associação, sendo seguido de várias gestões (Adriano Gouveia Gaulês 2002 a 2005; Samuel 2006 a 2007), em 2008, José Manuel Dias Bittencourt voltou a presidir a Casa e está até hoje.

Atualmente, visando de manter as tradições, a Casa promove festas e eventos de valorização da cultura madeirense nos quais são oferecidos pratos e vinhos típicos, bem como artesanatos da Madeira. A Casa possui dois grupos folclóricos: o grupo infanto-juvenil (o qual se identifique como Folclore Etnográfico Região Autônoma da Madeira) e o grupo adulto. Em ambos, os integrantes são madeirenses ou descendentes, contando também com a presença de brasileiros. Os grupos se apresentam durante os festejos celebrativos do aniversário da instituição e dos grupos, festas de Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Monte (padroeira da Madeira) e de São Martinho (festa das vindimas na Madeira). Ademais, os grupos se apresentam fora da Casa em outros eventos como a festa do Imigrante de São Paulo e no Revelando de São Paulo, destacando-se nas danças e músicas típicas, além de vender especialidades culinárias.

Nesses moldes, a casa Ilha da Madeira de São Paulo representa um território que concentra esforços em torno de um projeto comum de recriar a coesão do grupo, reinterpretando seu passado, construindo e cristalizando a memória da comunidade madeirense, que se confunde com a memória de São Paulo. Como ressaltou Pierre Nora, a memória coletiva de um grupo social fixa-se em torno de lugares – chamados por ele de “lugares de memória” – os quais possuem um valor simbólico, mas, também, têm por função constituir uma identidade e alimentar o sentimento “de pertencimento de grupo numa sociedade”. (NORA, 1993) Assim, os traços de ligação entre o passado e o presente, a Casa Ilha da Madeira de São Paulo representa um “lugar de memória”, parte da história e da memória dos madeirenses em São Paulo, bem como da história e da memória da imigração da cidade, tornando-se um lugar consagrado para evocar os eventos fundadores da comunidade, já que a associação é “um poderoso instrumento de manutenção e de reforço da identidade das comunidades de estrangeiros que se encontram fixados”. (ROCHA-TRINDADE, 2010)

Considerações finais

No vasto período que envolve o processo de mobilidade dos portugueses, não houve

um padrão único de deslocamento. A opção por um lugar previamente definido (São Paulo) ocorreu em função da presença de parentes, conterrâneos e de redes estabelecidas. Se as experiências de e/imigração possibilitaram novas oportunidades, também geraram saudades... saudades da família e da região de origem, neste sentido, os imigrantes buscaram retomar contatos com as origens através da prática associativa que adquire sentido político e as associações se tornam “territórios da saudade”, síntese entre dois espaços (Portugal e Brasil) e dois tempos (saídas e retorno).

Ao pensar esses **territórios portugueses** (Casa de Portugal, dos Açores e da Ilha da Madeira) como *locus* de sociabilidade, construção de experiências e trocas culturais, observa-se que neles se desenham as vivências do presente e do passado através todo um conjunto de especificidades identitárias (práticas culturais, culinárias, religiosas, devoções, festividades e tradições) que estabelecem ligações simbólicas, emocionais e expressam sentidos de pertencimento local e de evocação da memória coletiva.

Essas associações se tornam possibilidades para pesquisas em vários temas como: identidades, memórias da migração, cultura e patrimônio, formação de rede, comunicações, política cultural, formas de organização comunitárias, entre várias outras.

Referências bibliográficas:

- ANGELO, Elis Regina Barbosa. Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo: Processos de Transformação e as Ressignificações Culturais. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa. “Perspectiva sobre a emigração açoriana no século XIX”, in: FONSECA, Maria Lucinda, coord., Actas da Conferência Internacional Aproximando Mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2010, pp. 327-345.
- COTRIM, João Pedro. Tradutores e Propagandistas - da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação. Mestrado em Tradução/Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.
- Depoimento de Dona Maria de Lurdes Arruda Paz, em entrevista concedida em 02/11/2006.
- Diário do governo. Decreto-Lei n. 39.475. Lisboa, n. 282, 21 de dezembro de 1953. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/pdfs/1953/12/21/dre-16495.pdf>>.
- FERNANDEZ, Leandro Rodrigues Gonzalez. Hospitalidade à Portuguesa: traços presentes na imigração e construção da memória dos eventos da Casa de Portugal. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2017.
- FERREIRA, José Medeiros. Histórias de Portugal. O comportamento Político dos Militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no séc. XX. Lisboa: Ed. Estampa, 2001.
- LACERDA, Eugenio Pascele. Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. Doutorado em Antropologia Social/UFSC. Florianópolis, 2003.
- MATOS, M. Izilda S. Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano: São Paulo, séculos XIX e XX. Bauru: EDUSC, 2013.
- MATOS, M. Izilda e MENEZES, L. M. Portugueses: ações e lutas políticas: Rio de Janeiro: São Paulo. São Paulo: Verona editores, 2015.
- MATOS, M. Izilda e MENEZES, L. M. Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco. São Paulo: E@Manuscrito, 2017

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. SP: n. 10, 1993, p. 7-28.
- PAULO, Heloísa. Aqui Também é Portugal: A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Associativismo em contexto migratório. Revista Migrações, n. 6, abril de 2010, p. 39-58.
- SOARES, Henrique de Arruda. Anais do III Congresso Internacional sobre as festas do Divino Espírito Santo. Angra do Heroísmo, 2008.
- Telegrama do Consulado de São Paulo, datado de 27 de fevereiro de 1961, em código, decifrado em 28 de fevereiro do mesmo ano.
- TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: Tempo Social, Revista de sociologia da USP. SP: v. 20, 2008, p. 199-218.
- VERDASCA, José. A Casa de Portugal e a Comunidade. São Paulo: 1500 Comunicação e Marketing, 1993.